

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM EXEMPLO DE TEÓRIA E PRÁTICA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma02>

André Luis R. Soares
Luiz Miguel Oosterbeek

The background of the page features a large, faint spider web overlaid on a landscape. The landscape shows rolling hills under a cloudy sky. In the foreground, several people are visible, some looking towards the hills. The overall color palette is warm, with shades of orange, yellow, and brown.

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP é um projeto institucional do Departamento de História da UFSM, em funcionamento desde 1997. Inicialmente idealizado como um núcleo de educação patrimonial vinculado ao Centro de Educação da universidade, ampliou suas diretrizes e atualmente desenvolve projetos de valorização cultural, gestão do patrimônio, resgate e preservação da memória e, claro, educação patrimonial¹ (EP), termo utilizado no Brasil para as ações de valorização do patrimônio, similar as ações educativas desenvolvidas em Portugal.

A Educação Patrimonial (EP) tem sido considerada como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas (em especial às crianças) um maior contato com patrimônio cultural de sua região. Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem, funcionando como um facilitador para conhecer, usar, desfrutar e o transformar os patrimônios culturais, ou seja, para a apropriação do patrimônio pelas comunidades.

Se no primeiro momento o NEP considerava a EP uma metodologia de valorização ou conscientização do patrimônio, ou ainda, nas palavras de Horta, um processo de alfabetização cultural (HORTA *et al.*, 1989), atualmente compreendemos que existem diversas metodologias e distintos lócus de aplicação para a compreensão do que realmente deve ser considerado patrimônio, por quem e para qual propósito.

Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procura-se incentivar o uso dos objetos, dos locais, dos monumentos e dos prédios históricos para realizar o ensino de história, ao mesmo tempo em que se visa valorizar o patrimônio local para a formação da identidade e para a consolidação da cidadania. Trata-se, assim, de um processo que emerge da pesquisa e que socializa os seus resultados, desta forma contribuindo para a compreensão da importância das materialidades (OOSTERBEEK, 2004) e para a capacitação crítica dos cidadãos (BAHIA e OOSTERBEEK, 2014).

No entanto, o que ocorre, no mais das vezes, é uma visão ingênua sobre a educação patrimonial, onde esta é tomada como a grande salvadora para os problemas ligados à preservação cultural, ao manejo e à manutenção do patrimônio histórico. Coloca-se a Educação Patrimonial como uma panaceia capaz de resolver

1 O termo Educação Patrimonial foi empregado pela primeira vez a partir do seminário realizado pelo Museu Nacional em 1983. O termo é uma adaptação daquele utilizado na Inglaterra, *heritage education*.



toda a sorte de vicissitudes envolvendo a identidade cultural, a gestão cultural e a preservação de patrimônios.

Ademais, algumas obras, hoje tornadas referência, dão conta de uma educação patrimonial recente, de herança inglesa, onde o patrimônio torna-se objeto de “alfabetização cultural” (HORTA *et al.*, 1989). Sem entrar nesse momento na discussão sobre os conceitos de cultura, sob o olhar das diferentes ciências, consideramos que é necessário ter atenção ao se utilizar desta definição, uma vez que ela pode trazer em si a conotação de analfabetismo cultural. Assim, nenhuma pessoa pode ser considerada “analfabeta” cultural, mas detentora de códigos de leitura de mundo que nem sempre estão em consonância com os saberes dominantes, sejam eles o erudito, o científico ou o formal.

Podemos estar correndo o sério risco de desprezar, dessa maneira, os conhecimentos socioculturais que cada ser humano tem em contato com outros seres e com o meio circundante. Aliás, esse é um dos conceitos mais abrangentes de cultura: as relações entre os seres humanos e com o seu ambiente, e os resultados desta interação (GUARNIERI, 1990).

Outros conceitos de educação patrimonial dão conta de uma ação onde o sujeito-cidadão está em um processo ativo de conhecimento em relação ao objeto/ bem cultural que será analisado, trabalhado, discutido e indagado pelo seu participante. Não é uma atitude passiva na qual o aluno (a-luno: sem luz) absorve pacificamente os conhecimentos do educador, desprovido de curiosidade, senso crítico ou dúvida. Nas palavras de Maria Beatriz Pinheiro Machado:

A metodologia que embasa as propostas de Educação Patrimonial tem como princípio a experiência direta sobre os bens culturais, ou seja, a investigação de qualquer elemento do patrimônio cultural deve ser efetivada no seu ambiente. A observação concreta do objeto de investigação não pode ser substituída pelo simples discurso do professor (2004, p. 28).

Ou seja, é necessário que exista uma relação dialógica entre o educador e o educando, onde o papel de protagonismo seja possibilitado para estes, visando contribuir no processo de ensino-aprendizagem, de preferência no próprio ambiente do bem cultural.

Ao mesmo tempo, a discussão torna-se acirrada quando, por exemplo, iniciativas públicas desenvolvem vários projetos destinados a valorização da “cultura popular”. Muito embora o mérito destas iniciativas seja inegável, talvez o termo ‘cultura popular’ não seja o mais aplicável, haja vista a clara oposição que faz entre

esta e uma cultura 'erudita'. Para nós, interessa uma visão de cultura onde não haja separação entre o popular e o erudito em importância, e sim, que procure aproximar estes, os quais historicamente apresentam dicotomias, compreendendo-os como saberes sem a necessidade de adjetivações.

Para prosseguir à discussão sobre educação patrimonial, é necessário discutir o que é o patrimônio. Atualmente, a discussão sobre o que é patrimônio ultrapassa a tradução de *pater* = pai (em latim) e *nomos* = legado, herança (em grego). É sabido que a denominação patrimônio cultural, historicamente, vem ganhando diversos sentidos, ou seja, o patrimônio é dinâmico e em desenvolvimento, e por isso deve-se atentar para as consequências pragmáticas do alargamento de seus conceitos.

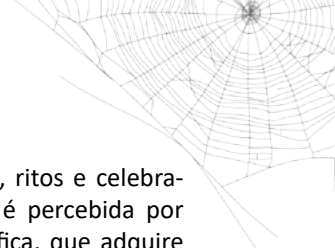
Embora saibamos que o patrimônio também pode estar associado ao que recebemos ou herdamos do pai e da família, não podemos esquecer que está diretamente associado aos bens, ou seja, possui uma conotação financeira a respeito do que possuímos ou adquirimos. Assim, a concepção do patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, mas também de uma concepção econômica.

Não podemos deixar de dedicar atenção e, ao mesmo tempo, questionar o viés econômico que se imbrica com as políticas de proteção aos bens patrimoniais, quando estas visam atender a indústria do comércio e do turismo. Ainda mais, se tivermos em vista que a concepção de natureza, principalmente após o século XIX, a considera como um construto intelectual, um fato social. Dessa forma, configura-se uma mercadoria como qualquer outra. A natureza, bem cultural dos mais valiosos, não se distingue mais da sua relação com o homem e está sujeita aos paradigmas que regem o capitalismo. O patrimônio é então considerado, em alguns casos, como "recurso cultural, termo de conotação econômica e designativo de algo que pode ser usado com proveito por quem assim o denomina" (ARRUDA, 1996, p. 138).

O patrimônio cultural envolve bens naturais e culturais, mas também podemos incluir os bens de ordem intelectual e emocional (ATAÍDES, MACHADO e SOUZA, 1997), de maneira que não só a natureza que envolve o ser humano, mas suas obras e manifestações cívicas, religiosas e folclóricas formam uma identidade cultural a ser preservada.

Devemos destacar a importância dos trabalhos de Horta no momento em que ela mostra que a base ou essência do patrimônio cultural é a memória individual, familiar ou coletiva:

O patrimônio cultural se manifesta, assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em pala-



vas, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como ‘marca’ que a identifica, que adquire sentido ‘comum’ e compartilhado por toda uma ‘comunidade’: um grupo de pessoas que tem em comum o sentido de identidade, de identificação uns com outros, o que gera o sentimento de solidariedade, de agregação, de pertencimento a um grupo de pessoas; do mesmo, este sentimento explica a reação a qualquer coisa que venha a ameaçar a integridade desta ‘comunidade’ a começar pelo plano físico, do território e dos espaços comuns de vivenciamento, até o plano social, do conjunto de indivíduos que constituem grupo e que assim se auto – identificam no plano moral e espiritual de valores consagrados e reconhecidos pelo grupo, cuja perda abalará as estruturas do sentimento de autoestima e da própria identidade dessa “comunidade (HORTA, 2000, p. 29).

Em poucas palavras, o patrimônio é o que determinada comunidade tem de particular ou específico, ou o que identifique/caracterize o local ou as pessoas. Sendo assim, falar em cultura erudita em contraposição a uma cultura popular não diminui o problema, ao contrário, o acentua, como citamos anteriormente.

O patrimônio histórico, segundo Rodrigues (1996), “é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (1996, p. 195), e, atualmente, o patrimônio tem se estendido a todos os lugares ou atividades culturais levados a cabo por grupos sociais, como terreiros de candomblé, vilas operárias e até campos de futebol de várzea (MAGNANI e MORGADO, 1996, p. 175).

Conforme Varine-Boham (*apud* LEMOS, 1987), o patrimônio cultural pode ser dividido em três grandes categorias: aqueles pertencentes à natureza (clima, vegetação, acidentes geográficos); aqueles pertencentes às técnicas (o saber fazer) e aqueles pertencentes aos artefatos (aquilo que é construído pelo homem com a natureza e o saber fazer), que então se torna a própria construção do homem utilizando-se o seu entorno para adequá-lo a sua necessidade através da cultura (LEMOS, 1987, p. 9-10). Porém, mesmo considerando os vários conceitos e classificações diferentes, o que percebemos é que o patrimônio não é, na verdade, de todos.

[...] o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes

voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1987, p. 21).

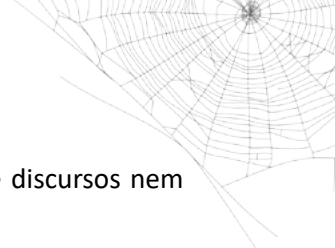
Enquanto grupos sociais ou econômicos buscam referendar a posse de títulos, genealogias ou outras formas de diferenciação social baseada no status, percebe-se que o patrimônio e a memória também se tornam um território de litígio para a posse do passado ou de suas interpretações, papel bem conhecido no embate entre a história oficial e outras estórias.

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural (RODRIGUES, 1996, p. 195).

Ademais, há uma resistência ou mesmo evita-se discutir, no campo do patrimônio questões como a luta de classes ou grupos de interesses. Fica visível que se busca levar o discurso de preservação do patrimônio das classes dominantes a todos os segmentos socioeconômicos, pretendendo que todos os cidadãos protejam a história e a memória dessas classes. Entretanto, somente para um seleto grupo de pessoas, proprietárias da história dos nomes, sobrenomes, prédios e construções ela tem significado, em detrimento dos bens culturais pertencentes aos grupos historicamente alienados da cultura erudita, como são as minorias étnicas e raciais, entre outros.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos. (LEMOS, 1987, p. 31)

Então, entabular uma discussão sobre educação patrimonial no contexto da história e da memória é, certamente, uma discussão sobre territórios em litígio, onde a metodologia de educação patrimonial não é ingênua, atemporal ou aparte dos diversos conflitos que envolvem os grupos humanos, sociais e econômicos.



Ainda, deve-se colocar que a metodologia é utilizada em favor de discursos nem sempre apaziguadores.

Valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios (SOARES, 2003, p. 23).

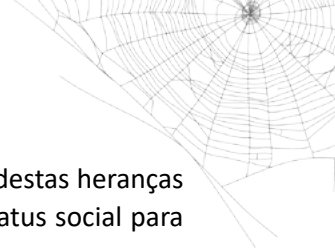
Assim, podemos discutir um elemento vital no campo da cultura, que é a percepção de que o patrimônio, como elemento cultural, é uma **invenção**. Ou seja, a construção histórica do que consideramos um bem patrimonial, passa pelo crivo de interesses em litígio e, no mais das vezes, referenda grupos, classes ou interesses dominantes sobre outros.

Nesse sentido podemos falar em tradições inventadas, associadas a narrativas que conferem coerência ao presente na base de mitos fundadores, entendidas aqui como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar outros valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN & RANGER, 1984, p. 9).

Ainda dentro desse contexto, surge a discussão sobre as políticas de conservação dos patrimônios. A pergunta que paira é: a quem cabe a conservação dos patrimônios? É necessário pensar as políticas culturais a partir de um eixo principal que dá conta da relação entre as instituições, sejam elas públicas ou privadas e suas relações com os diferentes grupos da sociedade, grupos, que em dados momentos podem ter posições antagônicas não apenas sobre o processo de eleição dos patrimônios, mas também na forma da preservação destes (OOSTERBEEK, 2007).

Considerando o patrimônio como um campo de/em litígio, percebendo-o como uma construção, uma invenção representativa de grupos dominantes ou, em alguns casos, como representações das iniciativas privadas e/ou pessoais, torna-se necessário proporcionar uma discussão a respeito da responsabilidade sobre estes. Nesse sentido, a motivação das comunidades em conhecerem, identificarem



e preservarem seus bens é uma confluência de interesses em prol destas heranças e que não estejam apenas servindo economicamente (ou como status social para uma minoria).

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos etc.) da elite política e economia do país (FALCÃO, 1984, p. 28).

Devemos salientar que a noção de patrimônio que adotamos hoje é oriunda do século XIX, quando os sábios e eruditos se colocaram contra as destruições levadas a cabo pela Reforma religiosa na Inglaterra ou os saques promovidos pela Revolução Francesa. Assim, destaca-se que a própria noção de patrimônio se constrói “no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional.” (POSSAMAI, 2000, p. 16).

Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros (POSSAMAI, 2000, p. 17).

A invenção do patrimônio não se dá de forma tranquila ou a-histórica. É um processo que envolve a perpetuação da memória, das tradições, das referências sociais e culturais, da manutenção das práticas materiais e imateriais, da persistência e da reprodução de determinados elementos considerados relevantes – ou do seu esquecimento.

O primeiro esforço do historiador é perceber que a categoria patrimônio adquire diversos sentidos dependendo do setor social para o qual se dirige. O esquecimento atua muito mais que a lembrança e ele o elemento central da memória. Uma

política de preservação do patrimônio deve ser orientada por duas perguntas: O que você esqueceu? Por que você esqueceu? (GARBINATTO, 2000, p. 43).

Sendo assim, uma educação patrimonial consciente também deve perceber, além do patrimônio existente e consolidado, o que foi esquecido, quais grupos são excluídos, os 'marginais' (no sentido literal, de estar à margem dos processos decisórios), bem como de que forma pode-se dar visibilidade aos cidadãos com menor espaço de expressividade política.

Não podemos esquecer que o par semântico da memória é o esquecimento, e que ambos caminham de mãos dadas. Como sabiamente expõe Mário Chagas,

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições." (CHAGAS, 2002, p. 18).

A pergunta chave é: o que tem sido lembrado é relevante para todos os segmentos sociais do local? Mais adiante, quando citarmos alguns exemplos históricos, perceberemos que, no mais das vezes, não. Mas antes de prosseguir a discussão sobre a ideologia que cerca o patrimônio, é preciso voltar para a educação patrimonial e apresentar como esta funciona.

Afinal, o que é a Educação Patrimonial? A metodologia

Tratando da história da metodologia, a educação patrimonial, em uma das perspectivas correntes, tem início no 1º Seminário de Educação Patrimonial, realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta realizou, através do Iphan, uma sistematização das ações educativas em museus e fora deles.

Esse seminário teve como inspiração o "*Heritage Education*", conceito de origem inglesa, que propõe aos professores e aos envolvidos na educação, o uso do ambiente histórico como recurso didático de ensino. As etapas do processo, publicados em 1999 (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999), foram sendo reproduzidas em todos os cantos do Brasil, como atestam as publicações dos primeiros anos do século XXI (ver SOARES *et al.*, 2003; SOARES e KLAMT, 2008).

A metodologia da Educação Patrimonial surgiu, inicialmente, para que se desenvolvessem programas didáticos nos museus (SOARES, 2003, p. 25). Nossa experiência em EP inicia na implementação da Educação Patrimonial em escolas da rede pública do município de São Martinho da Serra-RS a partir de um Projeto de Ensino e Extensão denominado “Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental e Médio: proposta de Iniciação, Monitoria e Gerenciamento de Estudantes em Arqueologia” (SOARES *et al.*, 2003). O objetivo de tal projeto visava, principalmente, a valorização da memória e a criação de uma identidade cultural da cidade de São Martinho da Serra. Conforme um dos autores deste trabalho:

Devemos entender a metodologia do programa de Educação Patrimonial como um projeto de aplicação em curto prazo, até que seja favorecida toda a rede de ensino escolar municipal. Em face disso, a educação patrimonial nas escolas é um processo contínuo, mesmo que não integrado à educação formal e curricular das escolas (SOARES, 2003, p. 32).

Hoje, percebemos que o alcance da metodologia aplicada em museus e escolas, é insuficiente. Ainda mais quando aliado a iniciativas tópicas e de curto prazo. Quando iniciaram as atividades em Santo Amaro do Sul (SOARES e KLAMT, org. 2008), por exemplo, percebemos diversos grupos distintos atuando em prol da coletividade, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, a Associação dos Amigos de Santo Amaro – AASA, a Associação dos Veranistas e Amigos de Santo Amaro – AVASA, e a Associação dos Produtores e Amigos de Santo Amaro. Todas as associações buscam mobilizar os menos de 700 habitantes do distrito de Santo Amaro do Sul em prol do bem comum. Nesse sentido, busca-se a parceria dessas entidades, acreditando que além da escola, estes são espaços férteis para atingir ou mobilizar a comunidade.

Um trabalho educativo que considere os bens culturais como ponto de partida pressupõe o envolvimento de toda a comunidade e não pode ficar restrito aos muros da escola: associações, empresas, entidades de classe, autoridades públicas e família têm a responsabilidade tanto de empreender ações dessa natureza quanto de participar naquelas promovidas por qualquer segmento da sociedade (MACHADO, 2004, p. 28).

Entretanto, a aplicação da metodologia, os nichos onde podem ser desenvolvidos os projetos, o público-alvo das ações e o momento que devem ser levados



a cabo esses projetos estão atrelados a um elemento às vezes esquecido, **a teoria** que subsidia tais ações. Em trabalho anterior (SOARES e DIAS, 2008), demonstraram a aproximação entre a EP e a educação libertadora promovida pelo educador Paulo Freire, principalmente no que se refere a percepção da própria condição de explorados como forma de libertação. A EP está, em parte, a serviço de grupos, entidades ou pessoas que vislumbrem, em última análise, a percepção de si próprios como fazendo parte de um sistema que os exclui e que os faz reproduzir valores, discursos e práticas de um grupo ou de uma classe. Nesse processo, busca-se romper as amarras, através da educação, e obter a “libertação” da opressão que assume facetas econômicas, sociais, culturais ou de gênero. Essa aproximação da metodologia da EP com Paulo Freire é também discutida e utilizada por Delazeri (2008) e Tumelero (2008).

Assim, percebemos que distintas teorias dão suporte às ações de educação patrimonial, e que é fundamental um amadurecimento dos referenciais teóricos para sua utilização. Somente assim o melhor do método será utilizado, possibilitando efetivas melhorias nas condições sociais.

Qual então, o papel da EP para a História, e por extensão, para a preservação da memória? Para fins didáticos, faz-se necessário trazer a diferenciação didática entre memória e história

[...] a diferença entre memória e História, as quais embora articuladas, possuem características bem definidas: Memória é a vida, emerge de um grupo que ela une, é múltipla, coletiva, plural e individualizada, é afetiva e mágica, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; [...]; História é uma representação do passado, é operação intelectual que demanda análise e discurso crítico, possui vocação universal, liga-se às continuidades temporais, estabelece relações, trabalha com o relativo; a materialidade da História ocorre por meio da produção do conhecimento histórico (NORA *apud* LUPORINI, 2002, p. 332).

Aqui, cabe a discussão da relação entre EP e história e como os discursos são materializados através de ações pedagógicas que, embora pareçam desprovidos de intenção, manipulam o passado e a seleção dos objetos e dos dados rememorados e dos deliberadamente esquecidos.

A Educação Patrimonial é uma proposta metodológica e um tipo de ação social de “microação”, como diria Habermas, que

procura tomar memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando a afetividade bloqueada, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção, com crianças e adultos, a Educação Patrimonial pode ser visto como um telescópio, que nos permita vislumbrar um futuro mais promissor (HORTA, 2000, p. 35).

Compreendida a metodologia de modo crítico, devemos então discutir qual o papel da EP na transformação de uma comunidade, bem como apresentar os usos da tríade memória, história e patrimônio em nosso cotidiano.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE

A história é farta de exemplos sobre a preservação da história oficial, e, por extensão, dos documentos escritos e materiais da classe dominante. Os museus, até pouco tempo, persistiam na exposição dos objetos pertencentes a heróis ou 'proeminentes' do local. Em contrapartida, quando apresentavam outros artefatos, predominava a visão evolucionista europeia, que inicia a divisão da história da humanidade na pedra lascada e vai até os artefatos industriais, na qual os povos anteriores a colonização são considerados 'atrasados' ou 'ignorantes'. Esta visão não somente é eurocêntrica, mas, sobretudo, economicista, pois o critério de classificação, baseado na tecnologia dos artefatos, classifica os grupos segundo o modo de subsistência, denominando-os caçadores, coletores, horticultores, agricultores etc., não importando aí o desenvolvimento social de cada sociedade. A visão tecnológica do modo de produção continua estabelecendo critérios evolutivos para os humanos, o que demonstra, conscientemente ou não, a maneira como a EP trata a questão dos povos indígenas do pretérito e da atualidade.

Mas a quem interessa essa preservação é a pergunta naturalmente formulada pelo leitor. Poucos, muito poucos, têm uma visão global do problema constituído pela defesa da memória e de seus bens representativos. A esses, naturalmente, aflige tanto o descaso impune que assiste a destruição desnecessária de elementos do patrimônio. A essas raras pessoas juntam-se outros grupos divididos segundo interesses variados. Cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação está a selecionar elementos culturais de seu interesse para

que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação (LEMOS, 1987, p. 30).

Uma abordagem distinta, já apresentada (SOARES e KLAMT, 2008), é a promoção das manifestações culturais de todos os segmentos da sociedade, em todos os períodos históricos, ao mesmo tempo, no qual há uma sedimentação um processo de inclusão, ao invés de exclusão. É importante salientar que esse processo visa, em primeiro lugar, o respeito à diferença, seja ela étnica, religiosa, cultural ou outra qualquer.

Ainda, é importante salientar que a valorização do passado histórico e das peculiaridades locais não deve ser tomada como saudosismo ou apoteose a esse tempo. O reconhecimento das diferenças nos processos históricos deve incentivar a diminuição das barreiras sociais e a abolição da discriminação. Além disso, o orgulho não deve ser confundido com xenofobia ou separatismo. Antes de qualquer coisa, a EP deve preocupar-se da formação de uma consciência cidadã, na qual todos são cidadãos brasileiros em um processo de inclusão sociocultural, alicerçado sobre a diversidade como riqueza do país.

Esse é o ponto nevrálgico que circunda a questão da educação patrimonial e da história: a percepção do caráter político do uso do patrimônio nas comunidades. Em primeiro lugar, talvez devêssemos rever o termo “bens culturais”, no sentido da exploração econômica das paisagens, conforme a Recomendação Paris (1962), a Carta de Veneza (1964) ou a Carta de Washington (1986) (*in*: IPHAN, 2004), entre outras, que procuram indicar as possibilidades e alternativas entre uso e manutenção dos bens.

Nesse sentido, as formas de diálogo e exploração de ambientes, culturas ou lugares, nos quais se percebe formas de turismo predatório, e onde o exótico é tomado como produto de consumo e alienação, pode levar a pensar que o patrimônio está se rendendo à exploração econômica através do turismo, nem sempre sustentável. No entanto, entre o abandono e as formas de uso sustentáveis, devemos sempre lembrar que, quando uma herança é negada, ela é esquecida, ou pior ainda, espoliada. Assim, as ressignificações e ressemantizações que os espaços e bens públicos sofrem podem ser bem-vindos para que o novo uso seja a resposta mais apropriada frente ao abandono.



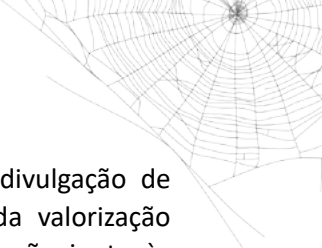
QUAL A RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS PROJETOS?

Não podemos esquecer o aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade. O cuidado com esses bens está mais voltado a uma exploração econômica, na qual a preservação atende a indústria do comércio e do turismo, uma vez que os bens patrimoniais (culturais, naturais, paisagísticos e arquitetônicos) correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, aumentando as arrecadações sob forma de impostos e ampliando as rendas locais. Sem entrar na discussão da validade desse tipo de visão, devemos observar que, sob esta ótica, não se está procurando conservar os bens socioculturais de uma sociedade, mas antes explorá-la em suas características exóticas, que de certa forma não é uma valorização e, sim, invenção. É por isso, talvez, que esses recursos são considerados “*recursos culturais*, termo de conotação econômica e designativo de algo que pode ser usado com proveito por quem assim o denomina.” (Arruda, 1996, p. 138).

Nesse aspecto, ações que envolvem o patrimônio devem ter como pressuposto, não somente o envolvimento da comunidade, mas qual o retorno de curto médio e longo prazo são atingíveis dentro do quadro mais amplo de ação social.

Embora as atividades possam ser divididas em níveis, como micro, semimicro e macro, é desnecessário afirmar que algumas atividades encontram-se em andamento e seus resultados são tênues e, por que não dizer, frágeis.

- Atividades em nível micro: as ações de nível micro estão associadas ao curto prazo, de aplicação rápida, porém de resultados igualmente efêmeros. Nesta categoria enquadrados as atividades de visitas guiadas durante as escavações arqueológicas, por exemplo, no qual a EP se desenvolve paralelamente. Além de visitas guiadas, atividades como palestras, exibição de filmes comentados, oficinas de curta duração também são consideradas no nível micro, bem como mostras acadêmicas e exposições museológicas.
- Atividades em nível semimicro: ações de nível semimicro estão associadas a médio prazo, em nosso caso, projetos de seis meses a um ano de duração. Nesta categoria enquadram-se os projetos de extensão, geralmente de 8 a 12 meses, que atingem parcelas maiores da população e geralmente são construídas em parcerias com escolas, objetivando a inserção da temática do patrimônio cultural no currículo escolar. As atividades desenvolvidas são oficinas de capacitação



de professores, projetos em escolas, preparação e divulgação de materiais didáticos e paradidáticos para o ensino da valorização do patrimônio; capacitação de acadêmicos para atuação junto às comunidades e confecção de maquetes que auxiliem o ensino. Por exemplo, confeccionamos maquetes que são reconstruções de longos períodos históricos, que permitem abordagens interdisciplinares com eixos temáticos diversificados². Também prestamos ações de assessoria a prefeituras, na capacitação de técnico-administrativos e secretarias (de educação, cultura, meio ambiente etc.), com o objetivo de melhorar a visão economicista de exploração irracional do patrimônio, natural ou cultural.

- Atividades em nível macro: diversos projetos são desenvolvidos dentro de uma linha de pesquisa ou Programa. Assim, o NEP desenvolve, atualmente, dois programas, um no município de Itaara e outro no município de General Câmara, ambos no Rio Grande do Sul. Esses programas compreendem projetos de média ou longa duração, quer dizer, aqueles projetos que são desenvolvidos há mais de um ano e, portanto, tem permanência maior, porém com ações mais elaboradas na profundidade em que abordamos as temáticas do patrimônio e gestão cultural. Os programas geralmente têm como objetivo a implantação de projetos que, através da evidenciação dos patrimônios locais, resgatar e devolver a autoestima das comunidades, realizando ações que demonstram que todos são partícipes e agentes sociais, todos tem direito à memória e a história, bem como todos tem patrimônio a ser conservado.

Isso é de fundamental importância na justa medida em que, enquanto a legislação e o poder público defendiam e preservavam as manifestações eruditas, as camadas populares ficaram alijadas do processo histórico, reproduzindo um discurso falacioso e míope a respeito do valor das manifestações locais tradicionais. Esse discurso é bem presente nas entrevistas com moradores de todo o estado, nos diversos municípios em que atuamos³, quando os moradores afirmam: “Aqui não tem nada”; “Nós não temos nada importante”; “Aqui não tem isto de patrimônio”.

² As maquetes atualmente à disposição dos professores são: 1 – Diferença entre arqueologia e paleontologia; 2 – Sambaquis; 3 – Povos dos Cerritos; 4 – Casas subterrâneas; 5 – Casa Guarani; 6 – Teko’á Guarani; 7 – Igreja de Santo Amaro do Sul; 8 – *Navio negreiro*; 9 – Charqueada São João; 10 – *Casa Grande & Senzala*; 11 – *O Cortiço*.

³ O NEP já desenvolveu atividades e projetos em Santana do Livramento, Coronel Barros, Dois Irmãos das Missões, Palmeira das Missões, Itaara, São Martinho da Serra e General Câmara, Rio Grande do Sul.

Mas cabe salientar que, se por um lado os entrevistados desejam satisfazer os pesquisadores, respondendo aquilo que eles acreditam que queremos ouvir, por outro a retirada das palavras “patrimônio”, “tombamento” ou “histórico” tem ajudado a compreender mais de perto os verdadeiros sentimentos de diversas comunidades. Na medida em que as entrevistas se desenvolvem, percebemos o que é de fato importante para estas pessoas, e o que elas elegem e torna-se um BEM para elas

E A RESPONSABILIDADE SOCIAL?

A responsabilidade social não deve ser vista como algo ingênuo ou manifestação magnânima de empresas ou empreendedores. É a metamorfose do capitalismo que percebe que somente a aquisição de lucros a qualquer preço não é mais tolerado e tampouco admitido. A responsabilidade social é, outrossim, a clareza de que o aumento dos lucros pode ser dado através da distribuição de renda, da melhoria da qualidade de vida das comunidades, do investimento em educação e saneamento, entre outras ações.

De acordo com o site⁴, a responsabilidade social corporativa tem as seguintes características:

- É plural, no sentido de que as empresas devem satisfação aos empregados, colaboradores, comunidade envolvida, governo, mídia e outros setores, além dos acionistas. A participação de todos viabiliza crescimento e legitimidade social;
- É distributiva, pois se aplica a toda a cadeia produtiva. Assim, antes do produto final, a responsabilidade e a ética se aplica a todo o processo de produção;
- É sustentável, no sentido de que a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável são uníssonos, uma vez que o planejamento e as atividades devem respeitar não somente o meio ambiente, mas sua capacidade de suporte e danos ambientais e processos jurídicos;
- É transparente, pois cada vez mais exige-se uma gestão de recursos e de pessoas de forma transparente, de fácil acesso às informações. Relatórios socioambientais deverão ser uma prática no futuro próximo,

⁴ <http://www.responsabilidadesocial.com>. Acesso em: 6 mar. 2008.

onde possamos auferir os ganhos das empresas e seu retorno em todas as escalas⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial, como uma metodologia, não pode ser desvirtuada das teorias históricas ou culturais à disposição. Pensar essa ferramenta como neutra pressupõe ignorar a existência de confrontos de classes ou entre os interesses sociais e culturais antagônicos presentes na preservação da memória. A disputa pela manutenção/difusão/propulsão de determinados enfoques deve ser entendido como salutar e fazendo parte do jogo político que vivenciamos todo tempo. Então, perceber que as construções históricas, marcos cívicos ou elementos considerados “patrimônios” nem sempre estarão representando um coletivo, mas, na maioria das vezes, uma pequena parcela da população. E isto não significa que somente as elites serão representadas, ou somente os europeus lutem pelo espaço da memória. O discernimento dos territórios em litígio é que dá a tônica das representações em disputa. Herói ou vilão, mártir ou cínico, os adjetivos irão variar de acordo com o denominador e o nominado. Cabe ao historiador ou ao educador demonstrar com clareza que não há consenso, unidade ou estática na definição dos bens culturais, da história ou da memória que se vai perpetuar. E é justamente por esta mobilidade, disputa e dinâmica, que continuaremos a falar de heróis ou anônimos, homens e mulheres, notáveis e desconhecidos.

Assim, esta perspectiva integra o patrimônio cultural no complexo de dinâmicas e relações socioculturais, econômicas e territoriais, na lógica da gestão cultural integrada do território, tal como vem sendo defendida pela rede internacional Apheleia (OOSTERBEEK; QUAGLIUOLO e CARON· 2016).

A gestão dos patrimônios culturais brasileiros deve atentar a questão da memória. Quais memórias são preservadas e a quais interesses atendem? Gerir um patrimônio que pertence a todos deve contemplar todos segmentos econômicos culturais, sociais, étnicos, religiosos e outros que critérios que possam ser utilizados para uma inclusão efetiva de todos, em um movimento de valorização social bem mais profunda que a “pedra e cal” reinante nos bens tombados atualmente. Não se trata apenas de olhar para os bens imateriais em detrimento dos materiais, como se superássemos uma fase da edificação sendo substituída pela imaterialidade.

⁵ http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=1. Acesso em: 6 mar. 2008.

Propomos que se pense a representatividade destas heranças no conjunto da diversidade que compõe o país continental que é o Brasil. Diversidade que também ocorre em unidades geográficas mais restritas, mas se torna especialmente complexa em países com a dimensão demográfica do Brasil. Desta forma, independente de tombamentos formais ou registros, criar mecanismos de estímulo para que as comunidades realmente se apropriem dos seus bens, sua manutenção e conservação para a posteridade.

É com uma percepção de história viva e contínua que poderemos fazer das comunidades as protagonistas do fazer social e da gestão cultural, com a qualidade necessária para garantir a sobrevivência dos patrimônios como verdadeiro legado para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. Levantamento da contribuição dos estudos antropológicos na elaboração dos relatórios de Impacto sobre o meio ambiente. *In: Caldarelli, S. (org.) Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, Universidade Católica de Goiás, 1996. p. 138-144.

ATAÍDES, J. M.; MACHADO, L. A.; SOUZA, M. A. T. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: Ed. UCG, 1997.

BAHIA, I.; OOSTERBEEK, L. Socialização do conhecimento na educação: o estudo da Pré-História nas séries iniciais do ensino formal. **Cadernos do LEPAARQ**, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, v. 11, n. 21, 2014. Parte superior do formulário.

CHAGAS, M. Cultura, patrimônio e memória. **Ciências & Letras** Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras. n. 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 15-29.

CHAGAS, M. Museus: Antropologia da memória e do patrimônio. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 31, Ministério da Cultura, Brasília, 2005. p. 20-40.

DELAZERI, P. I. Acervo Arqueológico da URI – Campus de Erechim: uma proposta em Educação Patrimonial. *In: Educação patrimonial: teoria e prática*. Soares, A. L. R.; KLAMT, S. C. (orgs.). Santa Maria: Editora da UFSM, 2008, p. 137-170.

FALCÃO, J. A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. *In*: MICELI, S. (org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

GARBINATTO, V. Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. **Ciências e Letras** Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras. Porto Alegre: FAPA. 2000. p. 37-48.

GUARNIERI, W. R. C. De cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-12, 1990.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: vértice, 1990 (original publicado em 1950). p. 34-143.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. *In*: E. Hobsbawm & T. Ranger (orgs.). **A invenção das tradições**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, M. de L. P. Fundamentos da educação patrimonial. *In*: **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, n. 27, jan./jun. 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (Brasil), 2004.

ITAQUI, J. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LEMOS, C. A .C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUPORINI, T. J. **Educação patrimonial: projetos para a educação básica**. FAPA, Porto Alegre: n. 31, p. 325-338, jan./jun. 2002.

MACHADO, A. da S. HAIGERT, C. G.; POSSEL, V. R. Cultura material, educação patrimonial e ensino de história: uma parceria possível. *In*: SOARES, André. *et al.*

(org.), **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM Ed., 2003, p. 44-52.

MACHADO, M. B. P. **Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Ed. Maneco Livre, 2004.

MAGNANI, J. G. C. MORGADO, N.; Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1996, n. 24, p. 175-184

OOSTERBEEK, L. Arqueologia Pré-Histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ**, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), v. 1, n. 1, p. 41-54, 2004.

OOSTERBEEK, L. Ordenamento cultural de um território. *In*: José Portugal, S. Marques (eds.), **Gestão cultural do território**. Porto: Setepés, 2007.

OOSTERBEEK, L.; QUAGLIUOLO, M.; CARON, L. (eds.). Sustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management. ITM, série **ARKEOS**, v. 38-39, 626p, 2016.

POSSAMAI, Z. R. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências & Letras**, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, n. 27, jan./jun. 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 13-24.

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: 1996, n. 24, p. 195-203.

SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. *In*: SOARES, André *et al.* (org.), **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

SOARES, A. L. R.; HAIGERT, C. G.; MACHADO, A. da S. ; POSSEL, V. R. **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003, 120p.

SOARES, A. L. R. ; DIAS, G. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. *In*: SOARES *et* KLAMT (org.). **Educação patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008, p. 65-77.



SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (orgs.). **Educação patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008, 200p.

TUMELERO, L. I. A inserção dos conteúdos de educação patrimonial e arqueologia no ensino fundamental no município de Seara, SC. *In: Educação patrimonial: teoria e prática*. Soares, A. L. R.; KLAMT, S. C. (orgs.). Santa Maria: Editora da UFSM, 2008, p. 79-116.